

**HABEAS CORPUS Nº 568.027 - SP (2020/0072816-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : PAULO SERGIO DA SILVA  
**ADVOGADO** : PAULO SÉRGIO DA SILVA - SP246212  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABIANO DA SILVA MONTEIRO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Fabiano da Silva Monteiro**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2002450-81.2020.8.26.0000 - fls. 55/69).

Infere-se dos autos que o paciente teve sua prisão temporária decretada em razão de suposta participação no crime de roubo na data de 2/2/2019, consistente na subtração da carga de fraldas avaliada em R\$ 114.318,00 (cento e quatorze mil, trezentos e dezoito reais) da empresa *Expresso Bressan* e mercadorias diversas avaliadas em R\$ 11.000,00 (onze mil reais) da empresa *Transnobrega Transporte de Cargas*, sendo posteriormente convertida em prisão preventiva pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Guarulhos/SP, nos autos da Ação Penal n. 1520734-78.2019.8.26.0050.

Irresignada, a defesa impetrou o HC n. 2002450-81.2020.8.26.0000, contudo, a ordem foi denegada, por unanimidade, em 6/3/2020, nos termos desta ementa (fl. 55):

*Habeas Corpus* - Roubo Majorado de Carga e Associação Criminosa - Art. 157, § 2º, inc. II e V, e § 2º-A, inc. I, e artigo 288, § 1º, em concurso material de crimes, na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

Insurgência contra a decretação da prisão preventiva do paciente, mediante decisão carente de fundamentação idônea e embora estivessem ausentes os seus pressupostos e requisitos legais - INADMISSIBILIDADE - Há prova da materialidade da infração e indícios suficientes da vinculação do paciente à autoria. A análise da matéria *in casu*, demanda exame aprofundado da prova, confundindo-se com o próprio mérito da ação penal, incompatível com a via estreita do *writ*. De outro lado, a decisão se encontra suficientemente fundamentada, demonstrando de forma adequada a presença dos requisitos ensejadores da custódia cautelar do paciente, em consonância com disposto artigo 93, inciso IX da Carta Magna. Não vislumbrado qualquer constrangimento - de outra parte, remanescem os requisitos da prisão preventiva.

Ordem denegada.

# Superior Tribunal de Justiça

Neste Tribunal Superior, o impetrante alega estar o ora paciente suportando constrangimento ilegal decorrente de: (i) fundamentação inidônea para justificar a decretação da prisão preventiva em seu desfavor; (ii) ausência dos requisitos legais autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal; (iii) desnecessidade da referida segregação, ante as condições de favorabilidade - primário, residência fixa, ocupação lícita, família constituída e presumivelmente inocente -; (iv) ausência de elementos comprobatórios de sua participação na empreitada criminosa, ressaltando que os depoimentos dos policiais devem ser analisados com reservas; (v) desproporcionalidade do encarceramento, visto que, em caso de eventual condenação, fará jus a regime prisional mais brando; e (vi) possibilidade, *in casu*, da aplicação de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva. Alternativamente, pleiteia que *a Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça, seja concedida ao paciente, com as medidas cautelares e processuais proferidas por Vossas Excelências, em virtude da pandemia do coronavírus covid-19 que assolou o nosso país, na garantia da saúde e integridade física e moral do acusado Fabiano da Silva Monteiro* (fls. 47/48).

À fl. 793, assim despachei:

Antes de tomar qualquer decisão neste *writ*, solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Guarulhos/SP (Processo n. 1520734-78.2019.8.26.0050), no prazo de **72 horas**, sobre os fatos alegados na inicial, juntando-se documentos pertinentes.

A solicitação deverá ser acompanhada da petição inicial de **fls. 3/48**.

Após, devolvam-se os autos para apreciação do pleito liminar.

Em 31/3/2020, O Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Guarulhos/SP prestou estas informações (fls. 798/800):

Foi instaurado inquérito policial através de boletim de ocorrência em 10 de junho de 2019, pela 2ª Delegacia da DISCCPAT - DEIC para apuração da prática, em tese, do crime de roubo mediante grave ameaça, emprego de arma e concurso de agentes ocorrido em 02 de fevereiro de 2019, na Rua Birigui, 1117, bairro de Cumbica, nesta comarca, tendo como vítima a Empresa Expresso Bressan Transportes Ltda., sendo-lhes subtraído uma carga de fraldas avaliada em R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Com o auxílio de interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça, procedimento cautelar nº 0011126-33.2019.8.26.0050 - DIPO 3.2.1, de São Paulo, os policiais civis conseguiram identificar alguns dos autores do roubo em

comento.

Em pesquisa no sistema RDO, os policiais civis encontraram o B.O. nº 719/2019 elaborado no 2º D.P. da Capital, no dia 04/02/2019, tendo como natureza da ocorrência a apreensão de 50 fardos de fraldas. Assim, em razão da conversa telefônica interceptada, corroborado pela identificação do boletim de ocorrência localizando e apreendendo a carga roubada, em pouco tempo após a subtração, foi possível identificar a participação dos criminosos qualificados no respectivo Boletim de Ocorrência.

Em 17 de dezembro de 2019 a autoridade policial ofertou o relatório final do inquérito policial e representou pela prisão preventiva do paciente e dos corréus Francisco Jandiroba Santana, Antonio dos Santos Campos Nascimento, Leandro Ferreira Bento, Cícero José da Silva, João Rodnei do Nascimento da Silva, André Felipe de Souza Lima e Ailton de Souza Isidorio, que foram denunciados em 19 de dezembro de 2019 como incurso no artigo 157, § 2º, II e V, e § 2º-A, I, e artigo 288, § 1º, em concurso material de crimes, na forma do artigo 69, todos do Código Penal, porque em data incerta, porém antes do dia 02 de fevereiro de 2019, nesta cidade e comarca, associaram-se com, aproximadamente, mais seis indivíduos desconhecidos, com o fim específico de cometer crimes com emprego de arma de fogo.

Consta que no dia 02 de fevereiro de 2019, por volta das 09h00, na Rua Birigui, nº 1117, Cumbica, nesta cidade e comarca, o paciente e os corréus Francisco, Antonio, Cícero José, Leandro, João Rodnei, André Felipe e Ailton, agindo em concurso de pessoas com aproximadamente mais seis indivíduos desconhecidos, caracterizado pela unidade de desígnios e conjunção de esforços, subtraíram, para proveito comum, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo e restrição de liberdade das vítimas Robson Bressan, Paulo Guedes Soier, Ademilson Francisco de Lima e "testemunha protegida", carga de fraldas avaliada em R\$114.318,00 (cento e quatorze mil e trezentos e dezoito reais), pertencente à empresa Expresso Bressan Transportes Ltda., e carga de mercadorias diversas, avaliada em R\$11.000,00 (onze mil reais), pertencentes à empresa Transnobrega T. de Cargas Eirele.

Apurou-se que o paciente mais os corréus se associaram com aproximadamente mais seis indivíduos desconhecidos, para a prática de crimes de roubo de carga. Para tanto, os denunciados e seus comparsas se dividiram entre as tarefas destinadas à subtração, locando, inclusive, boxes para a guarda das mercadorias roubadas.

Na data dos fatos, parte dos denunciados e seus comparsas ingressaram no imóvel que abrigava as transportadoras onde, mediante exibição de arma de fogo, abordaram seus funcionários e determinaram que todos seguissem para o armazém, com o fim de carregar os produtos que pretendiam subtrair em um dos caminhões que estavam no local. Em seguida, os criminosos abriram o portão da empresa, possibilitando que o paciente, que conduzia o caminhão .B./M. Benz L 1313, cor verde, sem placas, ingressasse na transportadora. Do interior do veículo, saíram os demais denunciados e comparsas, que também restringiram a liberdade dos ofendidos, obrigando-os a carregar o caminhão com cargas de fraldas, edredom e peças automotivas.

Após, os roubadores seguiram para a empresa "Guardeaqui", situada na Avenida Morvan Dias de Figueiredo, nº 6507, Vila Maria, São Paulo, onde armazenaram as cargas roubadas em boxes locados previamente.

No dia 04 de fevereiro de 2019, policiais civis do 2º Distrito Policial da Capital rumaram para o citado depósito para averiguar a guarda de mercadorias de origem ilícita. Ali os policiais surpreenderam o paciente e os corréus André, João, Antonio, Leandro e Ailton carregando a carga de fraldas no caminhão M.B../B.M.Bens L 1313, sem que comprovassem a origem das mercadorias. A

carga foi apreendida pelos policiais, que desconheciam até então tratar-se de produto de roubo.

Contudo, parte da associação criminosa era investigada por policiais do DEIC, que, por meio de interceptação telefônica, souberam do roubo em comento, da localização da carga, bem como sobre outras práticas criminosas. Decretada a prisão temporária, o paciente alegou que foi contratado apenas para carregar a carga, entretanto, foi reconhecido pelas vítimas como um dos autores do roubo.

Em 19 de dezembro de 2019 foi recebida a denúncia e decretada a prisão preventiva do paciente e dos corréus. Foram expedidos os mandados de prisão.

Defesa preliminar apresentada pelo paciente em 21 de janeiro de 2020. Os corréus André Felipe, João Rodnei e Leandro foram presos em 16 de janeiro de 2020.

Foi indeferido pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela Defesa do paciente, eis que os motivos que ensejaram sua custódia permanecem presentes.

Apresentadas defesas preliminares pelos corréus André, Antonio dos Santos, Francisco. Ailton de Souza apresentou defesa preliminar em 11 de março de 2020.

Aguarda-se citação dos corréus Cícero, Leandro e José Rodnei através das cartas precatórias expedidas, e apresentação de suas defesas preliminares.

[...]

É o relatório.

Dúvidas não há sobre o caráter excepcional do deferimento de liminar em *habeas corpus*. Assim, há necessidade de se comprovar, de plano, patente ilegalidade, a fim de se atender ao requerimento de urgência. Não me parece ser a hipótese dos autos.

Em um juízo de cognição, não vejo como afastar, por ora, a motivação do acórdão ora impugnado, cujo teor é o seguinte (fls. 57/69 – grifo nosso):

Verte das informações prestadas pela autoridade judiciária em 22 de janeiro de 2020, *in verbis*:

*"Foi instaurado inquérito policial através de boletim de ocorrência em 10 de junho de 2019, pela 2ª Delegacia da DISCCPAT - DEIC para apuração da prática, em tese, do crime de roubo mediante grave ameaça, emprego de arma e concurso de agentes ocorrido em 02 de fevereiro de 2019, na Rua Birigui, 1117, bairro de Cumbica, nesta comarca de Guarulhos, tendo como vítima a Empresa Expresso Bressan Transporte Ltda., sendo-lhes subtraída uma carga de fraldas avaliada em R\$200.000,00 (duzentos mil reais).*

*"Com o auxílio de interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça, procedimento cautelar nº 0011126-33.2019.8.26.0050 - DIPO 3.2.1., os policiais civis conseguiram identificar alguns dos autores do roubo em comento.*

*"Em pesquisa no sistema RDO, os policiais civis encontraram o B. O. nº 719/2019 elaborado no 2º D.P. da Capital, no dia 04/02/2019, tendo como natureza da ocorrência a apreensão de 50 fardos de fraldas. Assim, em razão da conversa telefônica interceptada, corroborado pela identificação do boletim de ocorrência localizando e apreendendo a carga roubada, em pouco tempo*

após a subtração, foi possível identificar a participação dos criminosos qualificados no respectivo B.O..

"O paciente foi reconhecido com absoluta certeza como um dos autores do roubo das fraldas.

"Em 12 de dezembro de 2019 deu-se cumprimento ao mandado de prisão temporária do paciente e demais investigados, tendo sido renovada a prisão temporária do paciente em 16 de dezembro de 2019.

"Em sede policial o paciente alegou que foi contratado por pessoa desconhecida, porém não soube dizer onde localizá-lo e tampouco seu nome e demais dados qualificativos, para fazer um carreto com seu caminhão que foi apreendido com a carga roubada. O paciente foi reconhecido pessoalmente pela testemunha protegida como sendo um dos autores do roubo.

"Em 17 de dezembro de 2019 a autoridade policial ofertou o relatório final do inquérito policial e representou pela prisão preventiva do paciente e dos corréus. Encerradas as diligências pela autoridade policial, o paciente Fabiano Monteiro da Silva e os corréus Francisco Jandiroba Santana, Antonio dos Santos Campos Nascimento, Cícero José da Silva, Leandro Ferreira Bento, João Rodnei do Nascimento da Silva e Ailton de Souza Isidorio foram denunciados em 19 de dezembro de 2019 como incursos no artigo 157, § 2º, II e V, e § 2º-A, I, e artigo 288, § 1º, em concurso material de crimes, na forma do artigo 69, todos do Código Penal, porque em data incerta, porém antes do dia 02 de fevereiro de 2019, nesta cidade e comarca de Guarulhos, associaram-se com, aproximadamente, mais seis indivíduos desconhecidos, com o fim específico de cometer crimes com emprego de arma de fogo.

"Consta que no dia 02 de fevereiro de 2019, por volta das 09h00, na Rua Birigui, nº 1117, Cumbica, nesta cidade e comarca de Guarulhos, o paciente Fabiano e os corréus Francisco, Antonio, Cícero, Leandro, João Rodnei, André Felipe e Ailton, agindo em concurso de pessoas com aproximadamente mais seis indivíduos desconhecidos, caracterizado pela unidade de desígnios e conjunção de esforços, subtraíram, para proveito comum, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo e restrição de liberdade das vítimas Robson Bressan, Paulo Guedes Soier, Ademilson Francisco de Lima e testemunha protegida, carga de fraldas avaliada em R\$114.318,00 (cento e quatorze mil e trezentos e dezoito reais), pertencente à empresa Expresso Bressan Transportes Ltda., e carga de mercadorias diversas, avaliada em R\$11.000,00 (onze mil reais), pertencentes à empresa Transnobre T. de Cargas Eirele.

"Apurou-se que o paciente mais os corréus se associaram com, aproximadamente, mais seis indivíduos desconhecidos, para a prática de crimes de roubo de carga. Para tanto, os denunciados e seus comparsas se dividiram entre as tarefas destinadas à subtração, locando, inclusive, boxes para a guarda das mercadorias roubadas. Na data dos fatos, parte dos denunciados e seus comparsas ingressaram no imóvel que abrigava as transportadoras onde, mediante exibição de arma de fogo, abordaram seus funcionários e determinaram que todos seguissem para o armazém, com o fim de carregar os produtos que pretendiam subtrair em um dos caminhões que estavam no local. Em seguida, os criminosos abriram o portão da empresa, possibilitando que o paciente, que conduzia o caminhão M.B./M. Benz L1313, cor verde, sem placas, ingressasse na transportadora. Do interior do veículo, saíram os demais denunciados e comparsas, que também restringiram a liberdade dos ofendidos, obrigando-os a carregar o caminhão com cargas de fraldas, edredom e peças automotivas.

"Após os roubadores seguiram para a empresa Guardeaqui, situada na Avenida Morvan Dias de Figueiredo, nº 6507, Vila Maria, São Paulo, onde

*armazenaram as cargas roubadas em boxes locados previamente.*

*"No dia 04 de fevereiro de 2019, policiais civis do 2º Distrito Policial da Capital rumaram para o citado depósito para averiguar a guarda de mercadorias de origem ilícita. Ali os policiais surpreenderam o paciente e os corréus André, João, Antonio, Leandro e Ailton carregando a carga de fraldas no caminhão M.B/M. Bens L1313, sem que comprovassem a origem das mercadorias. A carga foi apreendida pelos policiais, que desconheciam se tratar de produto de roubo.*

*"Contudo, parte da associação criminosa era investigada por policiais do DEIC, que, por meio de interceptação telefônica, souberam do roubo em comento, da localização da carga, bem como sobre outras práticas criminosas. Decretada a prisão temporária, o paciente alegou que foi contratado apenas para carregar a carga, entretanto, foi reconhecido pelas vítimas como um dos autores do roubo.*

*"Em 19 de dezembro de 2019 foi recebida a denúncia e decretada a prisão preventiva do paciente e dos corréus.*

*"O mandado de prisão foi cumprido em 20 de dezembro de 2019.*

*"Em 14 de janeiro de 2020 foi expedida carta precatória para a citação do paciente" (fls. 478/481).*

Esta é a síntese dos fatos.

**Inicialmente, no que tange à ausência de indícios suficientes de autoria a amparar a manutenção da segregação cautelar do paciente, vez que não teria participado da empreitada criminosa, data venia, cumpre salientar que a análise da matéria *in casu* requer o exame aprofundado da prova confundindo-se com o próprio mérito da ação penal, o qual deverá ser analisado oportunamente pelo Juízo de 1ª Instância, sob o crivo do contraditório, incompatível com a via estreita do *habeas corpus*, sob pena de supressão de grau de jurisdição.**

[...]

**Além disso, verte dos informes que o paciente foi reconhecido pelas vítimas como um dos autores do roubo, na medida em que conduzia o caminhão que ingressou no estabelecimento vítima, transportando outros comparsas, bem como teria ajudado no carregamento da carga subtraída para posterior fuga do local.**

Com efeito, para a decretação da prisão preventiva não se exige prova concludente da autoria delitiva, reservada à condenação criminal, mas apenas indícios suficientes desta, que, pelo cotejo dos elementos que instruem o *writ*, se fazem presentes.

Os policiais depuseram o que apuraram e, seus termos de inquirição estão de acordo com a norma legal e não há indícios de que tivessem intenção de prejudicar gratuitamente o paciente.

Por conseguinte, cumpre acrescentar que a materialidade da infração penal e o indícios da vinculação do paciente à autoria estão amparados não somente nos depoimentos dos policiais, mas também pelo reconhecimento das vítimas e circunstâncias em que se deram os fatos.

Dessa forma, de uma análise superficial dos fatos, não se verifica a ocorrência de atipicidade processual por parte do paciente, a ensejar de plano a revogação de sua prisão preventiva como faz crer a ilustrada defesa, ao revés, encontram-se presentes indícios suficientes de autoria e materialidade, assim como as condições e pressupostos necessários para a instauração da ação penal.

Noutro ponto, no que tange à alegação de que o respeitável despacho monocrático que decretou a prisão preventiva do paciente seria carente de fundamentação, visto que não foi baseado em dados concretos, não comporta

acolhimento, pois suficientemente fundamentado.

Destarte, vale destacar que a decisão ora guerreada, apresenta-se escorreita, e não autoriza a concessão do presente *writ*, inclusive porque não se exige uma fundamentação exaustiva, sendo suficiente que o decreto, ainda que de forma sucinta, analise a presença dos requisitos legais ensejadores da prisão preventiva.

**Na hipótese, a decisão hostilizada observa a presença de indícios suficientes de autoria e materialidade, e que a custódia cautelar se faz necessária para resguardar a ordem pública, dada a gravidade concreta da conduta, consubstanciada em associação criminosa, em tese, organizada para a prática de roubo de cargas, demonstrando a concreta possibilidade de reiteração criminosa, inviabilizando a adoção de providências diversas da prisão, sendo nítida a necessidade do encarceramento, em defesa da sociedade, concluindo seu raciocínio com o que entende tratar-se de questão a ensejar, no todo, a inconveniência da soltura do suplicante.**

**Tais circunstâncias denotam sua periculosidade e a necessidade da segregação como forma de acautelar a ordem pública.**

Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, "*a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva*" (STF, HC n. 95.024/SP, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 20/2/2009).

Nesse contexto, em que a gravidade em abstrato do crime alinha-se às circunstâncias concretas da infração, revelando maior grau de periculosidade social, inexistente razão para se menosprezar o entendimento adotado pelo magistrado *a quo* no sentido da necessidade de manutenção da custódia cautelar sob os fundamentos legais declinados na decisão hostilizada.

[...] **afere-se dos autos que se trata de associação criminosa armada para a prática reiterada de roubos de carga, mediante o concurso de mais de quinze agentes, com restrição da liberdade das vítimas, cabendo ao paciente, como visto alhures, o papel de motorista, com a condução de caminhão à empresa vítima, transportando diversos comparsas, carregamento da carga roubada e seu descarregamento em outro local, demonstrando a gravidade concreta da conduta e sua periculosidade social.**

**Verte do inquérito policial que os agentes já vinham sendo investigados por diversos crimes semelhantes pelo DEIC, inclusive com interceptações telefônicas judicialmente autorizadas, demonstrando a concreta possibilidade de reiteração criminosa.**

Com efeito, os elementos acima elencados demonstram à saciedade que foram preenchidos os pressupostos legais do artigo 312, do CPP, a amparar a necessidade da excepcional prisão cautelar para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar eventual aplicação da lei penal.

[...]

Neste prisma, presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva, impondo-se a custódia cautelar do paciente, já assentado que a prisão provisória não atenta contra o princípio da presunção de inocência.

[...]

Frise-se em observação às regras estabelecidas pela Lei nº 12.403/2011, **não se vislumbra a adequabilidade da aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão ao caso em apreço, especialmente quando se constata a gravidade concreta dos crimes, em tese, praticados pelo paciente, e a**

**presença dos motivos que autorizam a prisão preventiva e a insuficiência das medidas cautelares alternativas para resguardar a ordem pública.**

[...]

Por fim, insta consignar que não cabe conjecturar, nesta via, originalmente em 2º Grau de jurisdição, em verdadeiro exercício de futurologia, sobre eventuais benefícios que o paciente poderá ter (não que deverá ter) quando o feito criminal for sentenciado, se e quando ele remanescer condenado. Somente após o transcurso de toda a instrução é que se poderá identificar, com maior segurança, a conduta por ele desenvolvida.

Destarte, por não se vislumbrar o alegado constrangimento ilegal, que possa estar a sofrer o paciente, a solução que melhor se afigura é a denegação da ordem.

[...]

Relativamente ao pleito alternativo (Recomendação n. 62/2002 do Conselho Nacional de Justiça - pandemia do coronavírus), impõe-se registrar a impossibilidade de exame diretamente por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que não houve discussão e debate pela instância ordinária.

**Indefiro**, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade tida coatora, no prazo de 20 dias, e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator